

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM SAÚDE

AS TIPOLOGIAS DOCUMENTAIS DAS ATIVIDADES DE PESQUISA E EXTENSÃO DA FACULDADE DE FARMÁCIA DA UFMG

por

PEDRO RIBEIRO BOTTI

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de
Comunicação e Informação Científica e
Tecnológica em Saúde da Fundação
Oswaldo Cruz.

Orientador (es): Maria Cristina Soares
Guimarães, Doutora em Ciência da
Informação pela Universidade Federal
do Rio de Janeiro

Michele Nacif Antunes, Pós-doutorado
em Saúde Coletiva na Universidade
Federal do Espírito Santo

Rio de Janeiro, janeiro/2023

RESUMO

O presente projeto visa realizar um estudo das tipologias documentais produzidas, recebidas e ou acumuladas pelas atividades de pesquisa e extensão da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, com intuito de disponibilizá-las via repositório institucional. O projeto parte dos princípios arquivísticos de identificação de documentos e tipologias documentais e de normas internacionais para descrição de funções e atividades. O esforço realizado para o levantamento das tipologias com intuito da sua disponibilização se coaduna com o movimento da ciência aberta, do direito de acesso à informação e com os princípios da ciência cidadã.

Palavras-chave: tipologia documental; ciência aberta; repositório institucional; arquivos

SUMÁRIO

1 Introdução	4
2 Justificativa.....	7
3 Referencial teórico.....	9
4 Objetivos	19
4.1 Objetivo Geral.....	19
4.2 Objetivos Específicos.....	19
5 Metodologia.....	20
6 Resultados esperados.....	23
7 Cronograma	24
8 Orçamento.....	25
9 Referências	26

1 Introdução

Minha trajetória no arquivo da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais (FAFAR/UFMG) começou em dezembro de 2020, quando fui nomeado para assumir o arquivo setorial da faculdade. Desde que cheguei à faculdade percebi um descompasso nos documentos já recolhidos para o arquivo. Ao olhar a documentação que temos guardada, de uma faculdade criada em 1911, percebe-se que há muitos documentos relativos às atividades meio realizadas na faculdade, ou seja, aquelas que existem para dar suporte às atividades finalísticas da instituição, como Recursos Humanos (RH), compras, patrimônio etc. Ao procurar por documentos das atividades fim, aquelas relacionadas as funções de pesquisa, ensino e extensão, percebemos uma falta dessa documentação, tendo somente as atividades de ensino bem representadas no todo documental presente no arquivo.

Esse cenário, comum a outros arquivos universitários, me criou um incômodo, pois como podemos contar a história da faculdade sem os documentos que registram seus principais feitos? Além disso como podemos garantir o direito dos cidadãos ao acesso à informação produzida, recebida e acumulada pela faculdade? Percebia também uma dificuldade de compreender o que executavam certas unidades e laboratórios da faculdade, pois nem todas as unidades e laboratórios deixam claro quais as atividades que executam. Foi com essas inquietações que busquei a especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICTS), oferecida pelo Instituto de Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/Fiocruz) para me ajudar a compreender como seria possível contribuir para melhorias no registro e disponibilização dos documentos relativos as atividades de pesquisa e extensão.

Para dar conta da questão da disponibilização desses documentos escolhemos utilizar o repositório institucional da UFMG (RI-UFMG); uma vez que a universidade já dispõe de uma infraestrutura para a disponibilização e acesso a documentos produzidos no âmbito das atividades de pesquisa, ensino e extensão.

O repositório constitui um ambiente de armazenamento da produção intelectual da UFMG em formato digital, com o propósito de reunir, preservar, disseminar e promover o acesso aos recursos digitais criados pela comunidade

UFMG a fim de proporcionar o intercâmbio intelectual, a criatividade, o conhecimento e a inovação.

O RI já está ativo e, até o momento, possui 4 comunidades: trabalhos acadêmicos, publicações científicas e culturais, recursos educacionais e gestão. As comunidades, trabalhos acadêmicos e publicações científicas e culturais já possuem uma política de ocupação definida e já começaram a ser abastecidas de documentos. As comunidades recursos educacionais e gestão ainda carecem de uma política que defina o que são, com o que e como serão povoadas.

O projeto está baseado na necessidade do arquivo se colocar como setor responsável por parte dessa documentação, com a responsabilidade de não somente garantir sua preservação, mas também a organicidade dos documentos e a disponibilização, mesmo que passiva dos documentos e informação produzidos, recebidos e acumulados pela faculdade no decorrer da execução de suas funções.

Para o estudo de tipologias documentais, recorreremos as fontes arquivísticas, que já trabalham com esses estudos, no âmbito dos documentos de Ciência e Tecnologia podemos citar o trabalho “Glossário de espécies e tipos documentais em arquivos de laboratório” organizado por Maria Celina S. de Mello e Silva (2014) e fruto de um projeto de pesquisa realizado no Museu de Astronomia e Ciências afins (MAST), em que são estudados vários tipos documentais produzidos em laboratórios científicos e tecnológicos localizados na cidade do Rio de Janeiro no âmbito do Ministério de Ciência e Tecnologia. Da mesma autora, ainda podemos citar os artigos “Entre espécies e tipos, os documentos têm nome e sobrenome: as funções dos documentos” (Silva, 2020), “Estudo de identificação tipológica de diploma em arquivo pessoal” (Alves; Silva, 2017) e “Produção documental de cientistas e a história da ciência: estudo tipológico em arquivos pessoais”, este último em colaboração com Márcia Cristina Duarte Trancoso (Silva; Trancoso, 2015).

Para dar conta desse projeto, o referencial teórico é relativo ao movimento da ciência aberta, além das legislações que regulamentam o acesso à informação e a teoria arquivística, para delimitar o próprio campo de atuação de arquivista e do arquivo da farmácia.

Diante do exposto, o projeto busca identificar quais são as tipologias documentais produzidas ao longo das atividades de pesquisa e extensão na

Faculdade de Farmácia da UFMG e, por consequência, quais são os documentos que estão ou deveriam estar disponíveis no Repositório Institucional da UFMG.

2 Justificativa

O acesso à informação é direito de todo cidadão definido pelo inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, onde se lê:

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (BRASIL, 1988)

O Inciso regulamentado pela Lei de acesso à Informação (LAI) LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011, define o acesso à informação como de extrema importância para o exercício pleno da cidadania, legitimando o direito assegurado à sociedade de ter acesso a informação de forma passiva e ativa. A LAI ainda define em seu artigo 8º que

é dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas (BRASIL, 2011).

Percebemos pelas leituras da legislação que é dever das instituições tornar a informação sobre as ações que desenvolvem acessíveis, independente de requerimento por parte de terceiros e que essa informação deve estar disponível em local de fácil acesso.

O acesso à informação nas instituições científicas se baseia, ainda, no movimento da ciência aberta, e nas ideias do acesso aberto à literatura científica, dos dados abertos de pesquisa, pela ciência cidadã e pelos recursos educacionais abertos.

O presente projeto de estudo das tipologias documentais das atividades de pesquisa e extensão da faculdade de farmácia da UFMG se coloca alinhado a essas ideias pois o estudo dessa documentação tem por objetivo final a disponibilização da informação registrada nesses documentos no repositório institucional da UFMG.

O projeto se justifica, também, pelo reconhecimento de que muito dos resultados das atividades relacionadas ao processo de pesquisa e extensão não estão devidamente organizados, arquivados e disponíveis para acesso ao público interno e externo da Faculdade de Farmácia da UFMG.

O fato do foco do tratamento e disponibilização da informação das atividades de pesquisa se resumir aos artigos científicos publicados e a teses e dissertações, faz com que muito do esforço despendido ao longo desses processos não ganhe publicidade. Isso é tão mais verdade nas ações e resultados dos processos de extensão desenvolvidos pela Faculdade de Farmácia.

O levantamento das tipologias documentais que registram as atividades de pesquisa e extensão da Faculdade de Farmácia da UFMG possibilitará o mapeamento dos documentos que devem estar disponíveis no Repositório Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais, que está inserido no movimento mundial de acesso aberto à produção intelectual (científica, técnica, artística e cultural).

Identificar, coletar, organizar e disponibilizar os vários tipos documentais que representam parte significativa dos processos de pesquisa e extensão da Faculdade é um passo significativo para ampliar o olhar analítico e avaliativo sobre os processos em curso, além de contribuir para o movimento de abertura da ciência. O projeto está, portanto, alinhado não somente as questões legais de acesso à informação, quanto as questões teóricas relativas à criação de uma ciência mais cidadã em que há a livre circulação de informação científica e a aproximação da ciência com a comunidade externa a universidade.

3 Referencial teórico

Esse projeto pretende estudar a documentação criada e gerida pelas atividades de pesquisa e extensão da Faculdade de Farmácia da UFMG, com intuito de tornar disponíveis esses documentos via repositório institucional da UFMG. É importante compreender que esse movimento de disponibilização de documentos e informação científica se enquadra em um movimento mais amplo, o movimento da ciência aberta.

Segundo o Glossário de Acesso Aberto do *site*¹ institucional da Fiocruz (2001), ciência aberta é um

conceito amplo que abarca diversas práticas do fazer científico, desde o acesso aberto à literatura científica e aos dados abertos de pesquisa, passando pela ciência cidadã, recursos educacionais abertos, software e hardware abertos, entre outras. Faz referência a um modelo metodológico alinhado à filosofia da cultura digital, da colaboração e do compartilhamento das práticas e dos conteúdos científicos.

O movimento da ciência aberta se desenvolve, portanto, como um processo de socialização do conhecimento, da informação e da cultura, que busca a livre circulação da informação e do conhecimento. Sarita Albagli (2015) defende que para além da livre circulação da informação e do conhecimento, o movimento da ciência aberta leva a uma maior interlocução da ciência com outros segmentos da sociedade e com outros tipos de saberes e de espaços de produção de conhecimento.

As abordagens da ciência aberta implicam superar a perspectiva de pensar a ciência a partir da sua produtividade intrínseca. Implicam o abalo de hierarquias, de fontes estabelecidas de autoridade e reputação, colocando foco nas relações entre ciência e poder, e, mais amplamente entre saber e poder. (ALBAGLI, 2015, página 10)

¹ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Acesso aberto. Glossário. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/glossario>. Acesso em: 17 jan. 2021.

É nesse contexto que se insere o repositório institucional (RI) da UFMG. O texto de apresentação do repositório institucional da Universidade Federal de Minas Gerais (RI-UFMG) o insere no movimento mundial de acesso aberto à produção intelectual, seja ela científica, técnica, artística e cultural. O RI-UFMG é um ambiente que armazena a produção intelectual da universidade em formato digital, permitindo a busca e recuperação dessa produção, com intuito de reunir, preservar, disseminar e promover o acesso aos recursos digitais criados pela comunidade UFMG com intuito de promover o intercâmbio intelectual, a criatividade, o conhecimento e a inovação.

O RI-UFMG começou a ser pensado em 2015, com intuito de promover a acessibilidade e a difusão da produção científica e cultural da universidade. Entretanto, somente foi implementado em 2019, sendo sua criação vinculada a Resolução nº 11/2019, de 10 de outubro de 2019, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Pela resolução, o RI-UFMG tem por objetivo a disponibilização do conteúdo integral dos objetos informacionais produzidos por servidores docentes e técnico-administrativos em educação, discentes, pós-doutorandos, pesquisadores e colaboradores participantes de atividades acadêmicas no âmbito da UFMG. No mesmo dia de criação do repositório foi publicada a Resolução nº 12/2019, de 10 de outubro de 2019, que criou o Comitê Gestor do Repositório Institucional da UFMG (COGERI), que tem por atribuição conduzir as ações ligadas ao RI-UFMG.

Em 18 de novembro de 2021, foi publicada a Resolução nº 08/2021, que reeditou a Resolução 11/2019. A nova resolução trouxe pequenas alterações, mas que são importantes para o presente projeto. A primeira alteração diz respeito ao que se considera por objeto informacional, que ficou definido por toda e qualquer produção científica, técnica, artística e cultural. Esse entendimento, bastante abrangente, nos faz compreender que os produtos informacionais das atividades de extensão também devem, ou podem ser depositados no RI-UFMG. Outro ponto colocado pela Resolução nº 08/2021 diz respeito às tipologias documentais que podem ser depositadas no RI-UFMG.

A resolução define que as tipologias passíveis de serem depositadas no RI-UFMG serão definidas pela COGERI. Essa última alteração é importante para esse projeto, pois determina a necessidade do projeto e da Faculdade de Farmácia

dialogarem com a COGERI, para que as tipologias levantadas sejam incluídas no RI-UFMG.

O projeto se insere, portanto, dentro do movimento de ciência aberta e se coaduna com as diretrizes da UFMG, principalmente com o RI-UFMG. Devemos agora fazer o recorte com relação as funções da Universidade que escolhemos estudar nesse projeto. As universidades públicas são um importante espaço de produção, acumulação e disseminação de conhecimento. Essa produção, acumulação e disseminação se estabelecem em três funções que se inter-relacionam: pesquisa, ensino e extensão. Para esse projeto, olharemos para duas dessas funções, a pesquisa, que se estabelece como a função de produção do conhecimento, a que mais se aproxima do fazer científico. E a atividade de extensão universitária que possibilita maior aproximação da instituição junto à sociedade. As atividades de extensão possibilitam o compartilhamento com o público externo das ações e do conhecimento desenvolvido nas atividades de ensino e pesquisa.

Aqui se estabelece uma diferença importante entre as funções de pesquisa e de extensão. Poderíamos pensar que não faz sentido olhar para as tipologias documentais da pesquisa, quando seu “objetivo final”, ou seja, a produção de artigos e comunicações científicas já está sendo disponibilizada via RI-UFMG, mas aqui vale uma reflexão sobre as etapas do fazer da pesquisa. Até a conclusão de um artigo científico, um pesquisador, de qualquer área do conhecimento, passa por diferentes estágios de pesquisa e, durante esses estágios, registra suas realizações.

Esses registros se configuram, como veremos mais à frente, como documentos de arquivo, que registram o fazer da pesquisa, se relacionam com o artigo publicado e possuem valor informacional, que muitas vezes nem chegam aos artigos². Por isso, esse projeto pretende estudar esses documentos com intuito de compreender e avaliar a necessidade/possibilidade desses documentos também estarem disponíveis no RI-UFMG.

Com relação à documentação que registra a atividade de extensão temos dois aspectos distintos que devem ser discutidos. O primeiro diz respeito às

² ver Elían (2021)

tipologias documentais, ou seja, quais são as atividades de extensão e de que maneira são registradas. Esse primeiro ponto se configura como um problema, pois essas ações são diversas. Qualquer tipo de ação e ou atividade que vise o compartilhamento do conhecimento adquirido pela universidade pode ser considerada uma ação extensionista e isso faz com que tenhamos múltiplos tipos documentais produzidos para registrar essas ações. O outro ponto que devemos levantar é um questionamento quanto a essa divisão das funções, ou seja, será que as ações de extensão se configuram somente como difusoras do conhecimento adquirido pela universidade, ou será que ao realizar essas ações de difusão do conhecimento a universidade também não está gerando um conhecimento com o contato mais próximo da comunidade. Vale retornar aqui uma das premissas do movimento da ciência aberta: a de quebra de hierarquias, de fontes estabelecidas de autoridade e reputação entre saberes³. Tal perspectiva nos leva a enxergar as ações extensionistas como de suma importância de estarem disponíveis para acesso externo via RI-UFMG.

É importante definirmos o que são documentos, arquivo e documentos arquivísticos, pois essa discussão delimita o projeto e defende o fato dele estar sendo proposto pelo arquivo setorial da Faculdade de Farmácia. A definição usual de documento é a que o caracteriza como informação registrada em suporte. O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (DIBRATE), publicado pelo Arquivo Nacional, define documento como uma “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, pág. 73). Também sobre isto, a autora Heloisa Liberalli Bellotto, em seu livro *Arquivos permanentes: tratamento documental*, define documento como sendo “qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. (...) enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana” (BELOTTO, 2006, página 35).

Entende-se, a partir das definições supracitadas, que documento é qualquer informação registrada em um suporte, independentemente do tipo deste suporte ou de seu formato, criado com algum motivo e/ou intenção. Para a compreensão do

³ ver (ALBAGLI, 2015)

que é um documento arquivístico temos que estreitar um pouco essa definição. Ou seja, definir quais as características que fazem com que uma informação registrada em um suporte por algum motivo seja definida como um documento de arquivo.

Para compreender o que são documentos de arquivo, temos, primeiramente, que entender o que são os arquivos. O DIBRATE fornece quatro definições para o termo arquivo. São elas:

Arquivo

1 Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte. Ver também fundo.

2 Instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, conservação e o acesso a documentos.

3 Instalações onde funcionam arquivos.

4 Móvel destinado a guarda de documentos. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, pág. 27)

Das definições destacadas acima, a primeira é a que interessa para este trabalho, pois é ela que explicita algumas características que podem ser usadas para definir o que são documentos de arquivo. De acordo com essa definição, um documento, para ser considerado como um documento de arquivo, deve fazer parte de um conjunto documental e deve, ao mesmo tempo, estar ligado às funções e atividades de determinada entidade.

A legislação específica que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados no Brasil, a Lei 8.159, também apresenta uma definição sobre o que são os arquivos e seus documentos. De acordo com essa legislação, arquivos são entendidos como:

(...) os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. (BRASIL, 1991)

As definições expressas na legislação e no dicionário acrescentam a noção de documentação produzida no desempenho de atividades específicas. Essa noção é a razão de criação dos documentos e é considerada por Theodore R. Schellenberg (2006) como a noção que fundamenta a qualidade arquivística dos documentos. Segundo ele, se os documentos foram produzidos ou acumulados com propósitos, em virtude de atividades intencionais e organizadas, então possuem o que ele chama de *potencial de qualidade arquivística*. Para Schellenberg, documentos arquivísticos são:

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentárias, independentemente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades e preservados ou depositados para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do valor informativo dos dados neles contidos. (SCHELLENBERG, 2006, p. 41)

Essa mesma noção é defendida por Heloísa Liberalli Bellotto (2006). Para a autora, o conjunto de documentos de um órgão está diretamente ligado às atividades que este órgão desempenha. A definição de Bellotto evidencia, também, o valor probatório que os documentos de arquivo possuem. Segundo ela, os documentos de arquivo são:

[...] os produzidos por uma entidade pública ou privada ou por família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem, pois, por motivos funcionais administrativos e legais. Tratam sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. Sua apresentação pode ser manuscrita, impressa ou audiovisual; são em geral exemplares únicos e sua gama é variadíssima, assim como sua forma e suporte. (BELLOTTO, 2006, p. 37)

Ainda sobre a definição de documento de arquivo, Marcelo Nogueira de Siqueira (2012) destaca alguns elementos como determinantes, tais como a forma, o objetivo e o contexto em que foi criado. Segundo ele,

Para serem considerados documentos de arquivo, eles devem ter sido criados ou acumulados na consecução de algum objetivo, guardando relações orgânicas com os outros documentos produzidos e/ou acumulados pela mesma entidade, seja ela pública ou privada, individual ou coletiva, no transcurso de suas funções e atividades, ou seja, o que determina se o documento é arquivístico é a forma, o objetivo e, principalmente, o contexto de sua criação. (SIQUEIRA, 2012, pág.117)

Para alguns teóricos da área, a noção de arquivo e de documentos de arquivo está intimamente ligada às ideias da Diplomática. Rosely Curi Rondinelli, em seu livro *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea*, faz algumas considerações sobre as características que determinam a ideia de documento arquivístico. Para tanto, ela recorre à Diplomática e a identifica segundo os conceitos de autores como Luciana Duranti e MacNeil. Rondinelli, baseando-se nos autores citados, defende que a Arquivologia enquanto uma área do conhecimento nasce no século XIX, a partir da evolução da Diplomática. Para a autora, a Arquivologia nasce como um corpo de conceitos e métodos, cujo intuito é organizar e manter conjuntos de documentos para preservar sua fidedignidade e autenticidade. Os documentos de arquivo são, nessa perspectiva, evidência e prova de atos, e seu valor está ligado aos atos que os criam.

Segundo as ideias influenciadas pelo campo da Diplomática, o documento de arquivo possui uma série de características que os fazem diferentes de outros documentos e que garantem a eles todo seu valor informacional. Luciana Duranti (1994), no texto *Registro documentais contemporâneos como prova de ação*, identifica cinco características próprias dos documentos de arquivo. São elas: a imparcialidade, a autenticidade, a naturalidade, o inter-relacionamento e a unicidade.

A imparcialidade refere-se às razões e circunstâncias de criação do documento de arquivo, e não ao sujeito individual ou pessoa física que produz o documento. Por essa característica os documentos são verdadeiros e livres de preconceitos, pois são produzidos para realizar atividades dentro de uma rotina processual, que assegura que não foram criados com a intenção de serem posteriormente expostos.

A autenticidade está ligada ao processo de criação, manutenção e custódia; os documentos são autênticos quando são produtos de rotinas processuais, de criação e custódia, que visam ao cumprimento de determinada função, ou execução de alguma atividade.

A naturalidade, por sua vez, está ligada à ideia de que os registros arquivísticos não são coletados artificialmente, mas acumulados de modo natural nas administrações, em função dos seus objetivos práticos, de maneira contínua, progressiva e de certa forma, estruturada.

O inter-relacionamento é a noção de que os documentos de arquivo, estabelecem relações no decorrer das transações para as quais foram criados, relações determinadas pela razão de sua criação e que é necessário à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, ao seu significado e à sua autenticidade. Registros arquivísticos são, portanto, um conjunto indivisível de relações, entre os documentos de seu conjunto e entre seu contexto de criação e custódia. A esse conjunto de relações também chamamos de organicidade.

Pela característica da unicidade, cada registro documental assume um lugar único na estrutura documental do grupo ao qual pertence; cópias de um registro podem existir em um ou mais grupos de documentos, mas cada cópia é única em seu lugar, porque o complexo de suas relações com os demais registros do grupo é sempre único.

Documentos de arquivo são, portanto, um conjunto de documentos, independente de seus suportes e/ou formatos, criados e acumulados em decorrência de ações determinadas e/ou atividades, por uma entidade seja ela pública ou privada e que sejam dotados de organicidade, isto é, possuam uma relação orgânica entre si.

Um documento criado hoje por uma entidade, com o objetivo de cumprir uma função ou atividade desta entidade, já nasce como um documento de arquivo.

Daqui a alguns anos, porém, ele só será considerado um documento de arquivo no caso de estar acumulado com outros documentos que mantenham com ele e com a entidade que os produziu uma relação orgânica. Um documento que esteja guardado junto a outros documentos aleatórios, isto é, em meio a um conjunto sem organicidade, perde sua qualidade de documento arquivístico.

Os documentos das atividades de pesquisa e extensão são, portanto, documentos arquivísticos, desde que conservem as características listadas a cima, ou seja, desde que sejam mantidos juntos ao conjunto documental da faculdade de farmácia, por isso entendemos que esses documentos podem ser disponibilizados no RI-UFMG e complementariam os documentos que hoje já se encontram disponibilizados.

A ação que permite que os documentos arquivísticos mantenham sua organicidade e proveniência é a Gestão de Documentos, um conjunto de procedimentos e operações técnicas que se realizam nos documentos desde sua produção até sua destinação final (guarda permanente ou eliminação) visando o controle e organização dos documentos de arquivo (BRASIL, 1991).

Dentre as ações da Gestão de Documentos, duas são fundamentais a Classificação e a Avaliação. A classificação é organização intelectual, dos documentos de um arquivo de acordo com um plano de classificação. A avaliação é dependente da classificação e é um processo de análise dos documentos de arquivo de acordo com os valores que lhe são atribuídos na classificação e que estabelece seus prazos de guarda e destinação final, a avaliação é regida por um instrumento chamada tabela de temporalidade.

No caso do Arquivo Setorial da Faculdade de Farmácia da UFMG, a classificação e a avaliação são regidas pelos seguintes instrumentos: Plano de Classificação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades Fim das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Esses instrumentos são de uso obrigatório, pois a UFMG é parte integrante do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (Siga) da Administração Pública Federal que é um sistema estruturador das atividades de gestão de documentos e arquivos, no âmbito do Governo Federal.

Além disso há portarias do MEC – Ministério da Educação, que determinam a obrigatoriedade da utilização desses instrumentos nas IFES.

O projeto pretende realizar um estudo de tipologias documentais que se insere no contexto da identificação arquivística e que segundo as autoras Silvia Lhamas Mello e Ana Célia Rodrigues são imprescindíveis para a correta realização dos procedimentos e operações técnicas da gestão de documentos. O estudo de tipologias documentais se baseia na análise das funções e atividades que geram os documentos de arquivo. Segundo as autoras:

A análise das competências, funções e atividades que se articulam nos procedimentos administrativos foi incorporada ao método da Diplomática Contemporânea para analisar o documento de arquivo, ou seja, o tipo documental, cuja finalidade é revelar o vínculo arquivístico, isto é, a proveniência e a organicidade do documento (MELLO; RODRIGUES, 2017, pág. 46).

Tipologia documental é a configuração que uma espécie documental assume de acordo com a ação que lhe deu origem, e espécie é a configuração que um documento assume de acordo com a disposição, representação e forma do registro da informação. A tipologia pode ser explicada pela fórmula: Tipo documental = Espécie documental + atividade geradora. O estudo de tipologia analisa, portanto, a natureza da ação que gera o documento, relacionando o documento ao seu contexto de produção. Nesse sentido o projeto não se resume a analisar documentos separadamente, mas sim as funções e atividades e as formas de registro dessas atividades, que geram os documentos das atividades das funções de pesquisa e extensão da Faculdade de Farmácia da UFMG.

4 Objetivos

4.1 Objetivo Geral

Identificar as tipologias documentais que registram as atividades de pesquisa e extensão na Faculdade de Farmácia da UFMG, para que sejam disponibilizadas no RI-UFMG

4.2 Objetivos Específicos

- Mapear possíveis casos de restrição de acesso das tipologias documentais
- Compreender/entender documentos que registram as atividades vinculadas às funções de pesquisa e extensão para manutenção da organicidade do arquivo da Faculdade de Farmácia
- Desenvolver um manual para disponibilizar as tipologias mapeadas

5 Metodologia

A metodologia escolhida é o estudo da tipologia dos documentos gerados pelas funções de pesquisa e extensão realizadas pela faculdade de Farmácia da UFMG. O estudo de tipologia se dá pela identificação arquivística, que é análise das características do documento de arquivo dentro de seu contexto de produção (FERNANDES; FABEN; RODRIGUES, 2022, pág. 6).

É a identificação arquivística que permite a definição dos tipos documentais. A identificação arquivística e o estudo de tipologias visam analisar o documento considerando sua estrutura física e sua informação, como cabeçalhos, linguagens, margem, etc. As diferentes formas de se apresentar a informação dependem do tipo de documento, de maneira que sua apresentação física permita sua identificação.

O estudo da tipologia também leva em consideração que os documentos são fruto de atividades, as quais os produzem de uma determinada maneira, seguindo determinados padrões. Estes padrões ficam registrados nos documentos, configurando-os. Essas diferentes configurações vão formando os tipos de documentos diferenciados (SILVA, M. C. S. M. Glossário de espécies e tipos documentais em arquivos de laboratórios. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014. P. 9)

A identificação arquivística e o estudo de tipologia permitem compreender quais os dados e informação são registrados na execução de uma determinada atividade e de que maneira esses dados são estruturados e apresentados em sua forma documental. Para relacionar as funções de pesquisa e extensão, as atividades que são desenvolvidas para que se cumpram essas funções dividimos a pesquisa nas seguintes etapas:

1. Descrição da faculdade de farmácia da UFMG com o levantamento de sua missão e visão e de sua organização administrativa.
2. Levantamento das tipologias documentais produzidas pela Faculdade de Farmácia na execução das funções de pesquisa e extensão

3. Identificação das tipologias documentais que já se encontram recolhidas ao arquivo da faculdade de farmácia e que estejam ligadas às funções de Pesquisa e Extensão
4. Levantamento dos documentos ligados as funções de pesquisa e extensão que já estão no RI-UFMG;
5. Estudo da Política e do Funcionamento do Repositório Institucional da UFMG
6. Proposição de uma estratégia colaborativa, junto à gestão do RI-UFMG (COGERI) e à direção da Faculdade de Farmácia, para identificação, coleta, tratamento e disponibilização das tipologias documentais levantadas nas etapas dois e três.

Para o cumprimento de algumas dessas etapas serão utilizados dois instrumentos internacionais de descrição arquivística, a ISAAR (CPF) - Norma Internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias e a ISDF - Norma internacional para descrição de funções. Esses instrumentos se interrelacionam na medida em que permitem verificar como as atividades desenvolvidas na faculdade se relacionam com as funções principais que são a essência e a razão de ser da faculdade. Permitem também relacionar os documentos produzidos e ou recebidos pela faculdade com as atividades que os geraram e a função a que se vinculam, permitindo não somente a possibilidade da classificação da tipologia, como também da manutenção da organicidade da documentação. Usaremos esses instrumentos na primeira, segunda e terceira etapa, sendo a ISAAR (CPF) e a ISDF utilizada para a primeira etapa da pesquisa, a descrição da Faculdade de Farmácia da UFMG. Ainda utilizaremos a ISDF na segunda e terceira etapa da pesquisa, ou seja, o levantamento das tipologias documentais produzidas pelas funções de pesquisa e extensão.

Para realização das etapas 1 e 2 e preenchimentos das normas internacionais ISAAR (CPF) e ISDF, faremos uma pesquisa documental nas leis, regimentos, organogramas, portarias, resoluções e normas de serviço que formalizam e estruturam a universidade, a faculdade de farmácia e seus respectivos setores de trabalho, que desenvolvem atividades relacionadas as funções de pesquisa e extensão.

Para a execução da sexta e última etapa da pesquisa será necessário a realização de reuniões com a equipe da COGERI junto a direção da faculdade de Farmácia para que possamos adotar uma estratégia contínua de povoamento do RI-UFMG com as tipologias documentais levantadas nessa pesquisa.

6 Resultados esperados

Esperamos que esse projeto possa não somente melhorar o entendimento das atividades desenvolvidas pela Faculdade de Farmácia da UFMG para dar conta das funções de pesquisa e extensão, como também melhorar a visibilidade dessas atividades por meio da disponibilização dos documentos e informação produzidos pela faculdade no repositório institucional da UFMG.

Esse projeto possibilitará também que o arquivo produza um conhecimento institucional para compreender a melhor forma de garantir que os documentos produzidos pela faculdade possam ser preservados de maneira que não percam suas características de documentos de arquivo, mantendo principalmente a organicidade com relação às atividades que os criaram, o que fará com que esses documentos ganhem mais importância para uso como guarda de memória institucional.

Ao criar uma estratégia de povoamento do RI-UFMG o projeto espera também que ele não somente possa vir a ser reproduzido em outras unidades da UFMG, como também espera enriquecer o RI-UFMG com documentos e informação que hoje não se encontram no mesmo. Além disso o projeto visa contribuir para o movimento da ciência aberta por meio da disponibilização dos documentos das atividades de pesquisa e extensão da faculdade de farmácia da UFMG.

7 Cronograma

Etapas	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
1 - Descrição da Faculdade por meio da ISSAR (CPF)	X			
2 - Levantamento das tipologias documentais		X	X	
3 - Levantamento das tipologias documentais já destinadas ao arquivo		X	X	
4 - Levantamento dos documentos já armazenados no RI-UFMG	X	X	X	
5 - Estudo da Política e do Funcionamento do RI-UFMG	X	X	X	X
6 - Proposição de estratégia colaborativa				X
7 – Criação de manual de tipologias				X

8 Orçamento

Não há necessidade de levantamento de orçamento ou planejamento de despesas para a execução do projeto, pois será realizado com mão de obra e infraestrutura disponibilizadas pela faculdade de farmácia da UFMG.

9 Referências

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.; ABDO, A. H. (org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: Ibict; Rio de Janeiro: Unirio, 2015. 315p. Disponível em:

<[https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1060/1/Ciencia%20aberta_questoes%20abertas_PORTUGUES_DIGITAL%20\(5\).pdf](https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1060/1/Ciencia%20aberta_questoes%20abertas_PORTUGUES_DIGITAL%20(5).pdf)>. Acesso em 18 nov. 2022.

ALVES, A. F.; SILVA, M. C. S. M. E. **Estudo de identificação tipológica de diploma em arquivo pessoal**. Revista do Arquivo, v. 4, p. 205-215, 2017. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/04/pdf/ALVES_A_F_SILVA_M_C_S_M_-_Estudo_de_identificacao_tipologica_de_diploma_em_arquivo_pessoal.pdf>.

Acesso em 18 de nov. 2022

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. Disponível em:

<<https://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Dicionario-de-terminologia-arquivistica.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL, **Constituição (1988)**, TÍTULO II DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS, Art. 5º. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 18 de nov. 2022.

BRASIL. **Lei no 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 18 nov. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 18 dez. 2011c. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>.

Acesso em: 18 nov. 2022.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320 p.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, **ISAAR(CPF)**: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias / tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p. Disponível em:

<https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/isaar_cpf.pdf>.

Acesso em: 27 nov. 2022.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, **ISDF**: Norma internacional para descrição de funções. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. 76 p. Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/ISDF.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2022.

DURANTI, Luciana. **Registros documentais contemporâneos como prova de ação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p.49-64, 1994. Semestral. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976/2164>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

FERNANDES, J.; FABEN, A.; RODRIGUES, A. C. Identificação Arquivística como base para elaboração do plano de classificação de documentos da faculdade de música do Espírito Santo (FAMES). **ÁGORA: Arquivologia em debate**, [S. l.], v. 31, n. 63, p. 1–20, 2022. Disponível em: <<https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1009>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Acesso aberto**. Glossário. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/glossario>>. Acesso em: 17 jan. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ (Fiocruz). Presidência. Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação. **Política de gestão, compartilhamento e abertura de dados para pesquisa**: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. 19p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/46408/VPEIC_versao_PORTUGUES_2021-03-22.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 18 de nov. 2022

MELLO, Silvia Lhamas de; RODRIGUES, Ana Célia. metodologia da identificação aplicada à construção de planos de classificação para arquivos universitários. **Anuario Escuela de Archivología**, Córdoba, n. 9, p. 43-71, 2017. Anual. Disponível em: <<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/anuario/article/view/21158>>. Acesso em: 13 jan. 2023.

RONDINELLI, Rosely Curi. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos**: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 160 p.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O documento arquivístico ante a realidade digital**: uma revisitação conceitual necessária. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 280 p.

SANTOS, Paulo Elian dos. Arquivologia, laboratórios e ciência aberta: contribuições e desafios para a gestão de documentos e dados. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, p. 1-22, 1 set. 2021. Quadrimestral. Disponível em: <<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1772/1681>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 388 p.

SILVA, M. C. S. M. **Entre espécies e tipos, os documentos têm nome e sobrenome: as funções dos documentos**. Anuário do Museu Imperial, v. 1, p. 77-90, 2020. Disponível em: <https://museuimperial.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/09/Anuario_MIMP_Ed_2020.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022.

SILVA, M. C. S. M. **Os arquivos pessoais como fonte: reconhecendo os tipos documentais**. In: GRATANO, Marcus (org.). Mast: 30 anos – museologia e patrimônio. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015. v. 1. p. 178-203. Disponível em: <http://site.mast.br/hotsite_mast_30_anos/pdf/volume_01.pdf>. Acesso em: 18 de nov. 2022

SILVA, M. C. S. M.; TRANCOSO, M. C. D. **Produção documental de cientistas e a história da ciência: estudo tipológico em arquivos pessoais**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 22, p. 849-861, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/hcsm/a/4xh7JMMdwYksdjtmNhHjGh/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 18 de nov. 2022

SILVA, M. C. S. M. **Glossário de espécies e tipos documentais em arquivos de laboratórios**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2014. 44p. Disponível em: <https://www.gov.br/mast/pt-br/imagens/publicacoes/2014/glossario_de_especies_e_tipos_documentais_em_arquivos_de_laboratorio.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2022

SIQUEIRA, Marcelo Nogueira de. Arquivo e Memória: algumas reflexões. **Revista do Festival Internacional de Cinema de Arquivo**, Rio de Janeiro, v. 9, p.114-119, 2012. Anual.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 12/2019, DE 10 DE OUTUBRO DE 2019** Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/static/politica/resolucao_cepce_cogeri.pdf>. Acesso em: 27 de nov. 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 08/2021, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2021** Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/static/politica/resolucao_cepce_politica_de_criacao_e_informacao.pdf>. Acesso em: 27 de nov. 2022